

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.436 - MG (2019/0265676-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : GUINTHER ORIENES FERREIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE - CRIME DE POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INAPLICABILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS. Não se afigura aplicável o princípio da insignificância ao crime de posse irregular de munição, pois este configura delito de mera conduta e de perigo abstrato, não possuindo, assim, resultado naturalístico a ser aferido, de forma que a simples subsunção da conduta do agente ao preceito penal incriminador implica em presunção de ofensa ao bem jurídico tutelado.

V.V. A narrativa contida na denúncia impede a aplicação da presunção abstrata do perigo. Isso porque a lei só pode presumir o perigo onde, ao menos em tese, há a possibilidade de ele ocorrer, não sendo possível presumir o perigo nos casos em que, de antemão, vislumbra-se a impossibilidade de seu surgimento.

Dessa forma, imperiosa a absolvição do embargante.

Aponta a defesa violação do art. 16 da Lei 10.826/03, sustentando a aplicabilidade do princípio da insignificância ao crime de posse de 1 munição calibre 9mm, uma vez que materialmente atípica a conduta.

Argumenta que, *em observância ao princípio da lesividade, a posse de munição desacompanhada de arma de fogo não merece repressão por parte do ordenamento jurídico penal, vez que não acarreta qualquer possibilidade de lesão ou perigo de lesão ao bem juridicamente tutelado* (fl. 311).

Requer o provimento do recurso, a fim de que o recorrente seja absolvido do crime de posse de munição, previsto no art. 16 da Lei 10.826/2006.

Contrarrazoado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime de posse de munição, previsto no art. 16 da Lei 10.826/03, tendo sido absolvido pelo magistrado singular.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Interposta apelação pelo Ministério Público, o Tribunal de origem, por maioria, deu provimento ao recurso, para condenar o recorrente pela prática do delito de posse de munição, à pena de 3 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, substituindo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos.

Irresignada, a defesa opôs embargos infringentes, tendo o Tribunal estadual, por maioria, rejeitado o recurso, pelos seguintes fundamentos (fl. 300):

A meu ver, inviável a aplicação do princípio da insignificância, pois o crime de posse de munição é de mera conduta e de perigo abstrato, tutela a segurança de toda a coletividade, a qual jamais pode ser considerada como um indiferente penal.

Dessa forma, o referido crime não possui resultado naturalístico a ser aferido, de forma que a simples subsunção da conduta do agente ao preceito penal incriminador implica em presunção de ofensa ao bem jurídico tutelado.

Com tais considerações, rejeito os Embargos Infringentes, mantendo o voto por mim proferido quando do julgamento do recurso de Apelação.

Na espécie, o recorrente foi condenado por possuir 1 munição calibre 9mm.

Não obstante se tratar de delito de perigo abstrato, a Sexta Turma desta Corte Superior firmou a orientação de que a apreensão de pequena quantidade de munição, quando aliada à ausência de artefato capaz de disparar o projétil, atrai a atipicidade material da conduta, porquanto, embora formalmente típica, não ofende o bem jurídico tutelado. Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. 8 CARTUCHOS. AUSÊNCIA DE ARMAS APTAS PARA DISPARAR. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA SEXTA TURMA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O princípio da insignificância é parâmetro utilizado para interpretação da norma penal incriminadora, buscando evitar que o instrumento repressivo estatal persiga condutas que gerem lesões inexpressivas ao bem jurídico tutelado ou, ainda, sequer lhe causem ameaça.

2. **A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, alinhando-se ao Supremo Tribunal Federal, tem entendido pela possibilidade da aplicação do princípio da insignificância aos crimes previstos na Lei 10.826/03, a despeito de serem delitos de mera conduta, afastando, assim, a tipicidade material da conduta, quando evidenciada flagrante desproporcionalidade da resposta penal.**

3. **Ainda que formalmente típica, a apreensão de 8 cartuchos não é capaz de lesionar ou mesmo ameaçar o bem jurídico tutelado, mormente porque ausente qualquer tipo de armamento capaz de deflagrar os**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**projéteis encontrados em seu poder.**

4. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1171021/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 13/09/2018).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 12, CAPUT, DA LEI N. 10.826/2003; E 395, III, DO CPP. POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. QUANTIDADE APREENDIDA. 3 CARTUCHOS DE CALIBRE 22. AUSÊNCIA DE ARMA DE FOGO. BEM JURÍDICO. INCOLUMIDADE PÚBLICA PRESERVADA. PERIGO NÃO CONSTATADO. ABSOLUTA INEFICÁCIA DO MEIO. MANUTENÇÃO DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.

**1. A apreensão de ínfima quantidade de munição, aliada à ausência de artefato apto ao disparo, implica o reconhecimento, no caso concreto, da incapacidade de se gerar de perigo à incolumidade pública, o que impõe a preservação do quanto decidido pelas instâncias ordinárias.**

**2. A Sexta Turma desta Corte Superior, em recente julgado, orientou-se no sentido da atipicidade da conduta perpetrada, diante da ausência de afetação do referido bem jurídico, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio (REsp n. 1.699.710/MS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 13/11/2017).**

**3. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal posicionou-se no sentido de desconsiderar a potencialidade lesiva na hipótese em que pouca munição é apreendida desacompanhada de arma de fogo (RHC n. 143.449/MS, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 9/10/2017).**

4. Agravo regimental improvido (AgInt no REsp 1704234 / RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 19/02/2018).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de absolver o recorrente da infração prevista no art. 16 da Lei 10.826/2003.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator